



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

CÁSSIO DE OLIVEIRA ALMEIDA

**GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB.**

**SUMÉ - PB
2021**

CÁSSIO DE OLIVEIRA ALMEIDA

**GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

**SUMÉ - PB
2021**



A447g Almeida, Cássio de Oliveira.
Governança das organizações do terceiro setor no
Município de Sumé - PB. / Cássio de Oliveira
Almeida. - 2021.

43 f.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coelho da
Silva.

Artigo Científico - Universidade Federal de
Campina Grande; Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido; Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública.

1. Terceiro setor. 2. Governança do terceiro
setor. 3. Gestão estratégica do terceiro setor. 4.
Sumé - PB - organizações do terceiro setor. 5. Missão
organizacional. 6. Visão organizacional. 7. Valores
organizacionais. 8. Transparência no terceiro setor.
I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título.

CDU: 334.73:35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CÁSSIO DE OLIVEIRA ALMEIDA

**GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
NO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento.
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Meste Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 27 de maio de 2021.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Deus por toda saúde me proporcionada, assim como, pelo discernimento e sabedoria para que pudesse passar por cada etapa dessa jornada e puder suportar as inúmeras dificuldades encontradas durante essa trajetória.

Agradeço a minha família por ser meu porto seguro, meu filho Caio Miguel de Almeida, minha esposa Simone de Almeida, a minha mãe Josefa de Oliveira e ao meu Pai Cícero de Almeida, por todo amor, incentivo e motivação que me proporcionaram. Agradeço também às minhas irmãs, Cassandra de O. A. Silva e Cássia maria de O. A. Silva, por toda confiança e por sempre acreditarem em mim, além disso ressalto meus agradecimentos aos meus sobrinhos, sobrinhas, tios, tias, aos meus sogros e demais integrantes dessa honrosa família.

Agradeço ao meu professor, orientador, tutor e conselheiro, professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva por todos os ensinamentos, “puxões de orelha”, e acima de tudo, por sua humildade e generosidade, pois, sei que não teria conseguido ter agregado metade do conhecimento que agreguei durante essa trajetória se não fosse através de todos esses atributos citados.

Agradeço ao professor Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento e ao professor MsC. Allan Gustavo Freire da Silva, por terem aceitado ao convite para fazer parte da banca examinadora. Acredito que suas contribuições serão de grande valia para que este estudo, se fortaleça mais.

Agradeço a todos os meus amigos da Universidade, de forma especial a Emanuela Maracajá e Itana Campos, por terem acompanhado toda essa trajetória, sempre ao meu lado, motivando, acalmando e contribuindo com meu crescimento, e acima de tudo, pelo carinho e pelas excelentes parcerias que construímos.

De forma especial agradeço a todos os componentes do Programa de Educação Tutorial – PET gestão pública: ao tutor Dr. Luiz Antônio, Daniel, Tiago, Thais, Debora, Tais, Itana, Emanuela, Vandson, Bruno Soares, Adriana, José Luiz, Ednalva, Carlos Eduardo, Tarlan, Aucilene, Leonardo, Lúcia Helena, Michele, Mônica, Vinícius e Ednailson.

Deixo meus sinceros agradecimentos e minha gratidão à Unidade Acadêmica de Gestão Pública – UAGESP por toda humanidade, empenho e comprometimento com os discentes do curso. Agradecer a todos os professores, por toda sua humildade e comprometimento, compartilhando sempre suas experiências e motivando os discentes.

Agradeço a todas as organizações do terceiro setor que se dispuseram a contribuir com essa pesquisa, pois sem a colaboração de vocês nada disso seria possível.

RESUMO

Entender o planejamento e a transparência em qualquer processo de gestão faz parte da busca pelo crescimento de qualquer entidade pública ou privada. Assim, esta pesquisa apresenta como objetivo geral: analisar o planejamento e a transparência das organizações que integram o terceiro setor no município de Sumé-PB. Apresentam-se como objetivos específicos: Mapear as organizações do terceiro setor do município de Sumé-PB; verificar se essas entidades possuem plano estratégico definido, como (missão, visão e valores); averiguar se essas organizações prestam contas; e demonstrar se as entidades podem ser consideradas transparentes em sua gestão e prestação de contas. Metodologicamente, o trabalho é um estudo de caso, descritivo, exploratório com abordagem quali-quantitativa, de cunho bibliográfico. Sendo assim, como resultados observa-se a importância que o terceiro setor tem para a composição de rendas e melhorias da qualidade de vida de todos os envolvidos. Concluiu-se que as organizações do terceiro setor do município de Sumé-PB têm buscado atender socialmente e economicamente parcelas da sociedade que muitas vezes não são atendidas pelo Estado, buscando unir-se em prol de anseios em comum em vista ao aumento de bem-estar de todos.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Estratégia; Transparência.

ABSTRACT

Understanding planning and transparency in any management process is part of the quest for growth for any public or private entity. Thus, this research has as a general objective: to analyze the planning and transparency of organizations that integrate the third sector in the municipality of Sumé-PB. Specific objectives are: Mapping third sector organizations in the municipality of Sumé-PB; check if these entities have a defined strategic plan, such as (mission, vision and values); find out if these organizations are accountable; and demonstrate whether entities can be considered transparent in their management and accountability. Methodologically, the work is a case study, descriptive, exploratory with a quali-quantitative approach, of bibliographic nature. Therefore, as a result, the importance that the third sector has for the composition of incomes and improvements in the quality of life of all those involved is observed. It was concluded that the third sector organizations in the municipality of Sumé-PB have sought to serve socially and economically parts of society that are often not served by the States, seeking to unite in favor of common concerns in view of the increase in well-being of all.

Key words: Third Sector; Strategy; Transparency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Paraíba com destaque a cidade de Sumé	25
Quadro 1 - Número de OSCs por natureza jurídica.....	25
Quadro 2 - Distribuição de OSCs por área de atuação	26
Quadro 3 - Porcentagem de organizações com missão, visão e valores.....	30
Gráfico 1 - Idade dos responsáveis	27
Gráfico 2 - Estado civil	28
Gráfico 3 - Escolaridade.....	28
Gráfico 4 - Conhecimentos sobre missão, visão e valores	29
Gráfico 5 - Importância da missão, visão e valores para organização.....	29
Gráfico 6 - Importância da prestação de contas.....	31
Gráfico 7 - Quantitativo de organização que faz prestação de contas	32
Gráfico 8 - Importância da transparência.....	32
Gráfico 9 - Quantitativo de organizações que apresentam redes sociais	33
Gráfico 10 - Vínculo por esfera governamental	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DO TERCEIRO SETOR	11
2.1 IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR	13
2.2 BASE LEGAL DO TERCEIRO SETOR.....	14
3 MISSÃO, VISÃO E VALORES COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO ESTRATÉGICA NO TERCEIRO SETOR.....	16
3.1 MISSÃO ORGANIZACIONAL	17
3.2 VISÃO ORGANIZACIONAL	18
3.3 VALORES ORGANIZACIONAIS	19
4 TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR.....	20
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE.....	41

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor se relaciona a terceira parte da tríade que forma os três setores da sociedade, logo, o primeiro setor é o Estado, o segundo setor é o mercado, este por intermédio das empresas privadas com fins lucrativos, para Falcão e Araújo (2017, p. 168), "[...] o terceiro setor integra as organizações de iniciativa privada, mas sem finalidades lucrativas e que desempenham atividades de interesse público". Vale destacar que o terceiro setor atua fazendo um meio termo entre o primeiro e o segundo setor, pois é uma organização privada, entretanto se diferencia do primeiro setor, porque não visa lucro em suas ações, além disso, tem como objetivo o fomento de atividades que busquem o interesse social.

O terceiro setor, em sua essência, busca propiciar melhorias visando o interesse da sociedade, atuando, principalmente, nas lacunas deixadas pelo Estado, ou seja, o terceiro setor, busca sanar mazelas que a sociedade apresenta, nesta linha, Falcão e Araújo (2017, p. 171), afirmam que: "Essas organizações são capazes de intervir na agenda pública, atuam na execução de políticas sociais e inovam com projetos de caráter público". Apesar do terceiro setor ter caráter privado, ele atua como um agente que busca garantir o interesse social, podendo interagir com o Estado e até mesmo exercer o papel de provedor do bem-estar social.

Contudo, administrar uma entidade do terceiro setor apresenta, também, suas dificuldades, pois terão que lidar com recursos escassos e com dificuldade em planejar suas atividades, bem como, com a dificuldade em captar recursos (NUNES, 2018).

Outro ponto bastante significativo relacionado ao terceiro setor é que grande parte dessas organizações sobrevivem de doações e que estas doações podem ser tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, além disso, a própria administração pública pode atuar dando suporte financeiro a essas entidades.

O terceiro setor é responsável, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), por um total de 2,3 milhões de pessoas empregadas com remuneração média de R\$ 2.653,33 mensais.

Portanto ao nos depararmos com a importância social e econômica que o terceiro setor possui, e levando em consideração que grande parte dessas organizações sobrevivem através de doações, se faz necessário que essas organizações apresentem um programa estratégico que façam com que seus doadores saibam qual a causa defendida pelas entidades, bem como suas perspectivas de futuro, como também, os valores defendidos por essas entidades. Outro ponto levando em consideração, diante do exposto, é a importância da transparência para essas entidades, pois como elas, em sua maioria, sobrevivem através de doações, se faz necessário

que haja transparência para que essas entidades se tornem mais confiáveis e tenham mais credibilidade junto aos seus doadores.

O Brasil possui 5.570 municípios distribuídos em todo seu território, e de acordo com o mapa das organizações da sociedade civil do IPEA, em 2018 o Brasil apresentou um total de 781.921 organizações do terceiro setor, devido ao elevado número de entidades do terceiro setor presente nos municípios a pesquisa apresenta como delimitação as entidades do terceiro setor que compõem o município de Sumé-PB, que integram a microrregião do cariri ocidental do estado da Paraíba. A pesquisa apresenta como restrição, também, a análise do planejamento, se restringindo a analisar se as entidades apresentam ou não missão, visão e valores de forma pré-definida, além disso será analisado se as entidades prestam contas para a sociedade.

Desta forma, ao perceber a importância das organizações do terceiro setor para a economia, geração de empregos e o fato de buscarem gerar impactos sociais, que surge a inquietação para analisar como estão as práticas de gestão estratégica, consoante a isso junta-se o fato de que essas organizações sobrevivem de doações, e aliado a isso podem atuar com doações de organizações públicas, logo se faz necessário que essas organizações sejam mais transparentes possível, logo, o presente estudo tem como problemática norteadora de sua pesquisa o seguinte questionamento: **Como estão as práticas de planejamento e transparência das entidades que compõem o terceiro setor do município de Sumé-PB?**

Tendo em vista toda a importância das entidades do terceiro setor para o desenvolvimento socioeconômico, cultural, busca por garantia de direitos, etc. A pesquisa apresenta como objetivo geral: analisar o planejamento e a transparência das organizações que integram o terceiro setor no município de Sumé-PB. Apresentam-se como objetivos específicos: Mapear as organizações do terceiro setor do município de Sumé-PB; verificar se essas entidades possuem plano estratégico definido, como (missão, visão e valores); averiguar se essas organizações prestam contas; e demonstrar se as entidades podem ser consideradas transparentes em sua gestão e prestação de contas.

A pesquisa se justifica pela importância que as entidades do terceiro setor apresenta para sociedade, além disso, apresenta relevância acadêmica, pois trata-se de um estudo, ainda incipiente, ao qual apresentará substancial relevância para futuras pesquisas, bem como, poder nortear as entidades e os *stakeholders*¹ de como estão as práticas de planejamento e transparência das entidades pesquisadas.

¹ Partes interessadas.

A Pesquisa apresenta como metodologia um estudo de caso descritivo, exploratório, bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, com as organizações do terceiro setor existente no município de Sumé-PB, onde foi elaborado um questionário ao qual norteou toda a pesquisa, além disso, para fazer o levantamento dos municípios foi utilizado o mapa das organizações da sociedade civil do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assim como site da Receita Federal.

A pesquisa é dividida em sete seções, a primeira seção trata-se da introdução em que é trazido a contextualização do tema, o problema norteador da pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa da realização da pesquisa. A segunda seção trata-se da discursão relativa à algumas abordagens sobre os aspectos conceituais relacionados ao terceiro setor, e sobre a importância do terceiro setor para a sociedade, bem como uma discursão sobre a base legal que compõem o terceiro setor. A terceira seção aborda a missão, visão e valores organizacional como ferramenta para gestão estratégica no terceiro setor, além disso mostra a importância dessas ferramentas para a gestão estratégica no terceiro setor. A quarta seção discute aspectos relacionados a prática de transparência no terceiro setor, mostrando a importância dessa prática. Na quinta seção é abordada a parte que trata sobre procedimentos metodológicos, cuja pesquisa adotou uma abordagem de caráter quali-quantitativo, pois trará como resultados dados que irá qualificar os objetivos e a problemática, além disso foi utilizado questionário como forma de instrumento para coleta de dados, ao qual buscou responder à problemática proposta, assim como o objetivo geral e os específicos. Na sexta seção ficarão os resultados e discussões da pesquisa em que é problematizada toda a discursão acerca dos resultados da pesquisa. A sétima e última seção é representada pelas considerações finais da pesquisa, onde traz as conclusões de modo a responder ao objetivo geral e específicos da pesquisa, assim como sugestões de melhorias.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DO TERCEIRO SETOR

As organizações da sociedade civil (OSC) são regidas pela lei N° 13.019, de 31 de julho de 2014, em que traz em seu teor normas que têm exercido papel fundamental para o bem-estar social das pessoas, pois buscam atuar em lacunas que o Estado tem deixado, ou seja, tem buscado levar desenvolvimento social de forma mais igualitária. Alves Junior (2009, p. 3) afirma que: “[...] as organizações do terceiro setor são criadas com o objetivo de lutar por uma sociedade mais igualitária e justa, ganhando importância no desenvolvimento político, econômico e social do país”. As organizações do terceiro setor são criadas com o objetivo de

defenderem uma demanda social, essas demandas são muito relacionadas a fatores políticos, econômicos e sociais.

Para entender a definição do que é o terceiro setor, Gonçalves (2011, p. 125) afirma que: “a economia divide-se basicamente em três setores. O governo é considerado o setor primário; o mercado classifica-se por setor secundário e o terceiro setor é aquele sem finalidades lucrativas que tem por objetivo o benefício da coletividade”. Com isso, Gonçalves afirma que o governo é o setor primário, ou seja, por meio de suas políticas públicas, buscando sempre o bem-estar social e sem fins lucrativos, o setor secundário está ligado ao mercado com suas empresas privadas e com finalidades lucrativas, já o terceiro setor é entendido como aquela organização privada que não possui finalidade lucrativa, atua apenas em prol do bem-estar social.

Todavia as organizações do terceiro para Rodrigues (2018, p. 9), se apresentam:

O contexto econômico atual está composto por três setores distintos que auxiliam na movimentação da economia e permitem o crescimento da sociedade, sendo o Primeiro Setor representado pelo Estado, no caso o Poder Público. O Segundo Setor é composto pelas empresas privadas, com finalidade lucrativa. Por fim, o Terceiro Setor envolve uma diversidade de organizações sem fins lucrativos.

Todas essas organizações sem fins lucrativos que compõem o terceiro setor resguardam como principal objetivo o interesse social, pois, como dito, não apresentam e nem buscam o lucro. Logo, “o superávit ao final de cada exercício não deve ser distribuído aos associados/membros, mas, sim, reinvestido nas suas atividades-fim, no país” (RODRIGUES, 2018, p. 12). Portanto, essas organizações não poderão dividir seus lucros com seus membros, logo esses recursos deverão ser reinvestidos na organização ou para alguma finalidade que busque intervir junto ao interesse social.

Para compreender a definição de terceiro setor se faz necessário entender, antes de mais nada, o quem vem a ser o primeiro e o segundo setor, pois o terceiro setor entra como meio termo entre o primeiro e o segundo setor, logo, o primeiro setor se trata do Estado, da administração pública com finalidade pública, não lucrativa, em contrapartida o segundo setor se trata das organizações privadas com finalidades lucrativas, que apresentam como principal objetivo a busca pelo lucro, já o terceiro setor é uma organização privada (como o segundo setor), porém apresenta com principal objetivo em suas ações a defesa dos interesses sociais, não visa o lucro (como as organizações do primeiro setor), apenas o bem-estar social, (SANTOS, 2012).

2.1 IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO SETOR

O terceiro setor vem se estruturando de forma progressiva e com isso tem surgido novas oportunidades para que os cidadãos possam trabalhar de forma remunerada, para Oliveira et al. (2019, p. 2):

Um dos desafios de toda nação é o desemprego, que impacta e desencadeia fatores secundários na sociedade. Com este fim, as práticas solidárias por meio de organizações sem fins lucrativos vêm atuando para aumentar a inclusão socioeconômica e melhorar as condições de renda e empregabilidade.

Levando em consideração que o desemprego é um tema bastante recorrente em toda a sociedade, o terceiro setor entra como um aliado para essa geração de emprego e renda, diminuindo a taxa de desemprego, pois, de acordo com o IBGE (2019), o terceiro setor é responsável por um total de 2,3 milhões de pessoas empregadas com remuneração média de R\$ 2.653,33 mensais.

Além da geração de empregos no Brasil e no mundo, de acordo com o IBGE, em 2007 o terceiro setor teve uma participação oficial de 1,4% na formação do PIB, o que significou um montante de aproximadamente R\$ 32 bilhões.

Outro ponto levantado, bastante importante, relacionado às entidades do terceiro setor é que elas possuem grande importância para a sociedade, porque elas atuam em locais e situações que o Estado é pouco presente, ou seja, atuando nas lacunas deixadas pelo Estado, podendo, inclusive, trabalhar em parceria com o Estado para garantia de direitos (OLIVEIRA, et al. 2019).

O terceiro setor tem se tornado um agente indispensável às populações mais carentes, pois atuam em razão de políticas que se baseiam em uma agenda que possuem como principal foco a execução de projetos e programas com o objetivo de incentivar a geração de emprego e renda, além disso garantir aos cidadãos que, porventura venham a ter algum direito suprimido ou desconhecido, (MANÃS; MEDEIROS, 2012).

Portanto o terceiro setor exerce papel preponderante para economia, com participação no PIB, assim como na geração de emprego, pois um dos principais problemas que o Brasil enfrenta é a crise do desemprego, além disso o terceiro setor atua junta a sociedade buscando intervir nas deficiências existentes na sociedade, buscando garantia de direitos e melhoria de qualidade de vida dos cidadãos.

2.2 BASE LEGAL DO TERCEIRO SETOR

Vale ressaltar que, apesar dessas organizações não poderem dividir o lucro com os seus membros, isso não impede de seus membros serem remunerados pelos serviços prestados, nessa linha de reflexão, Lacruz (2020, p. 479) afirma que: "o ordenamento legal brasileiro proíbe a distribuição de lucros em ONGs. Porém não impede que se estabeleça remuneração variável". Portanto, ainda que seja proibido pelo ordenamento jurídico brasileiro a partilha do superávit pelos membros da organização, por outro lado nada impede que seja estabelecido remuneração de acordo com os serviços prestados.

A lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em seu Art. 1º, discorre sobre a parceria entre o primeiro setor, administração pública, e o terceiro setor:

Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Como visto que o terceiro setor atua junto a sociedade em busca de melhorias para os cidadãos, tarefa esta que se assemelha a do Estado, a lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, também conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), é uma lei de caráter burocrático, pois traz uma série de exigências de contratação e controle de organizações, com o objetivo de combater a corrupção e de controlar os recursos públicos que são aplicados no terceiro setor, por meio de atividades administrativas de fomento.

Ressalta-se que a lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 foi desnaturada por alterações da nova lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Além disso trata-se de uma lei Nacional, porém com aplicabilidade sobre todos os entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), (MARRARA, 2016).

As entidades que compõem o terceiro setor possuem base legal, também, na Constituição Federal de 1988 (CF/88), pois em seu art. 199 trata da liberdade da iniciativa privada em dar assistência à saúde, e que em seu parágrafo primeiro afirma que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar de contratos públicos ou de convênios.

Com relação à assistência social o inciso I do art. 204 da CF/88, versa sobre a descentralização político-administrativa e que as entidades beneficentes e de assistência social poderão atuar executando seus programas sociais.

Quanto à educação, o caput do art. 213, assim como os incisos I e II versam sobre os recursos públicos destinados às entidades que comprovem finalidades não-lucrativas, assim como aplique as suas sobras em educação e caso venha a ser encerrada, seu patrimônio seja transferido para outra escola comunitária ou que integre, ou que não tenha uma finalidade lucrativa, ou ao poder público.

O Parágrafo primeiro do art. 216 trata da promoção e proteção do patrimônio cultural e afirma que essa proteção e promoção ocorrerá com a colaboração da comunidade, logo, a comunidade poderá se organizar por meio de entidades que integrem o terceiro setor para realizar essa promoção e proteção.

Já com relação ao meio ambiente, o art. 225 afirma que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”. Vale destacar a parte que trata sobre a coletividade em defender e preservar o meio ambiente, pois nessa coletividade enquadram-se as organizações da sociedade civil.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, o art. 219-A, afirma que os entes federados poderão firmar compromisso de cooperação com entidades públicas e privadas com o objetivo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, portanto, o terceiro setor pode atuar de forma legal no desenvolvimento tecnológico.

Além das já citadas leis, o terceiro setor está regulado pela lei nº 9.637/98, de 15 de maio de 1998, que versa sobre como qualificar as organizações sociais, sobre a criação do Programa Nacional de Publicização, sobre a extinção de órgãos de entidades e sobre a absorção de suas atividades por organizações sociais, entre outros conteúdos.

A lei nº 9.790/99, de 23 de março de 1999, que trata dos requisitos para que as organizações de direito privado, que não apresentam finalidades lucrativas sejam qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituindo e disciplina o Termo de Parceria, além de outras finalidades.

A lei nº 12.101/09, de 27 de novembro de 2009, dispõe sobre o critério para certificação das entidades beneficentes de assistência social, além disso, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, entre outras funções.

Portanto, o terceiro setor apresenta diversas leis que o regem ou que lhe regulamenta, contudo, nesta seção foram apontadas algumas das principais leis que regulamentam as entidades do terceiro setor.

3 MISSÃO, VISÃO E VALORES COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO ESTRATÉGICA NO TERCEIRO SETOR

A missão, visão e os valores fazem parte da gestão estratégica das organizações, pois norteiam a administração, mostrando quem são e o sentido de sua existência, aonde querem chegar e quais os princípios e valores que essas organizações defendem. Ter um posicionamento estratégico é fundamental para estas organizações, Porter (2018, p. 18), afirma que "o posicionamento estratégico busca atingir um diferencial competitivo sustentável para a empresa preservando o que ela tem de particular". Com o mercado cada vez mais competitivo e principalmente com a escassez de recursos arrecadados pelas organizações, ter um posicionamento estratégico que a diferencie das outras organizações é fundamental para manutenções e sustentabilidade da organização, assim como, alcançar parcerias com a administração pública.

Para Hitt (2011, P. 18), "Juntas, a visão e a missão formam a base que a empresa precisa para se relacionar e implantar uma ou mais estratégias". A declaração da missão e da visão organizacional é na realidade a base da estrutura do planejamento estratégico da organização, pois diz o que a organização faz e o que a organização busca atingir por meio de sua missão e quais os princípios e valores são defendidos por essa organização.

Portanto, a estratégia organizacional é muito relevante para às entidades, pois alinha o pensamento interno dos colaboradores com o seu posicionamento externo, esse muito importante para a compreensão por parte dos *stakeholders* e para a funcionalidade da organização, nessa perspectiva Carranza (2016, p. 28), afirma que:

Estratégia organizacional refere-se ao comportamento global e integrado da empresa em relação ao ambiente externo. A estratégia é formulada a partir da missão, visão e objetivos organizacionais, da análise ambiental (o que há no ambiente) e da análise organizacional (o que temos na empresa) para definir o que devemos fazer.

A estratégia organizacional, do ponto de vista de ter uma missão e uma visão definida, fará com que a organização se integre melhor com o meio externo, logo, os *stakeholders* conhecerão melhor toda a forma como a entidade se organiza, com isso a entidade terá mais credibilidade, porque não só os colaboradores, como também o público externo tem uma noção maior dos objetivos da organização.

Nessa mesma perspectiva, Chiavenato (2012, p. 163), reafirma a importância de ter um posicionamento estratégico com missão, visão e valores, pois:

Todo negócio deve ter uma missão para cumprir. Deve ter uma visão de futuro que o norteie. Deve definir os valores que pretende consagrar. Tudo isso precisa ser muito claro para que todos os parceiros saibam exatamente o que fazer, como, quando e onde. Conceitos como missão, visão e valores, [...], são fundamentais para nortear os rumos do negócio. Quando todos esses conceitos são bem definidos e estabelecidos, o negócio se torna mais racional, uma vez que todas as decisões e ações são regidas e orientadas para o alcance de determinados fins que se tem em vista.

A missão, visão e valores são importantes para que seja possível que a organização tenha um norte de onde ela está e onde ela é pretende chegar, em termos de desenvolvimento e sustentabilidade, assim como, quais valores essa organização defende para atingir seus objetivos e metas, tudo isso precisa ser claro para que a organização possa nortear melhor os seus rumos, como também, ter uma tomada de decisão mais eficiente, pois saberá o que fazer, logo, terá um norte de forma já pré-estabelecido.

Vale salientar que os pilares do planejamento só poderão ser lançados se estiverem muito bem definidos quais são as missões, visões e valores da referida organização (JÓRIO, 2016, p. 6 apud TENÓRIO, 2006). Portanto a missão, visão e os valores são elementos fundamentais para que as organizações possam se estruturar de forma estratégica.

3.1 MISSÃO ORGANIZACIONAL

A missão é a razão de ser da organização, sendo assim, é de grande valia a elaboração da missão por parte das organizações do terceiro setor, Alves Junior (2009, p. 3) afirma que:

O grande problema reside, porém, na administração dessas organizações, já que, como não buscam lucros convencionais e dependem de doações, elas precisam determinar sua exata missão e atuação, de maneira a não desperdiçar esforços nem capital que não produzam o retorno correspondente.

Assim, com a missão predefinida, os esforços ficam todos direcionados para a obtenção da missão que a organização defende, fazendo com que a organização seja mais eficiente em suas ações.

Na ótica de Scorsolini-comin (2012, p. 328), a missão organizacional é importante, pois: “No meio organizacional, podemos interpretar a missão como a linha mestra de atuação de uma empresa, a fim de que a mesma mantenha não apenas uma coerência com seus pressupostos de criação como possa se alinhar aos objetivos de atuação definidos”. Relacionando ao terceiro setor, a missão serve de parâmetro para o alcance dos objetivos da organização, serve também, para que os doadores entendam melhor a razão de ser da organização e tenham um maior

entendimento do que a organização irá fazer com sua doação, gerando também, mais confiança na organização.

Entretanto, para Rennó (2013, p. 80), “a missão serve para deixar claro qual a função maior daquela organização, para definir quais serão as necessidades que devem ser atendidas e buscar o comprometimento dos colaboradores”. Nessa perspectiva a missão servirá para que os colaboradores entendam melhor quais são as principais necessidades da organização, e possam alinhar seus esforços para sanar essas necessidades.

Todavia, Chiavenato (2012, p. 164) ressalta que " a missão significa a razão de ser do próprio negócio. Por que ele foi criado. Para que ele existe". Portanto a missão para organizações do terceiro setor implica em dizer qual a razão de ser desta entidade, ou seja, qual a causa defendida por essa organização e como essa organização buscará garantir esses direitos. Além disso, serve como escopo para que os doadores saibam onde estarão empregando seu dinheiro ou até mesmo sua contribuição como um voluntário.

Portanto a missão se torna uma linha mestra para que se possa iniciar a atividade de planejar estrategicamente, pois irá traçar a identidade que a organização terá, (CHIAVENATO, 2010).

3.2 VISÃO ORGANIZACIONAL

A visão organizacional pode ser entendida como o sentido de ver além do tempo, pois se trata do que organização objetiva ser em um curso de tempo, nesse contexto, Chiavenato (2012, p. 168), ressalta que:

Enquanto a missão se refere à essência do negócio e da sua própria razão de ser e de existir, a visão está focada no futuro e no destino. A visão é a imagem que o empreendedor tem a respeito do futuro do seu negócio. É o que ele pretende que o negócio seja dentro de um certo horizonte de tempo.

A visão de futuro é importante para que as organizações não fiquem estáticas, ou seja, para que elas tenham um direcionamento de para onde elas estão indo. Serve com inspiração para que os colaboradores tentem alcançar os objetivos e as metas propostas.

Para Rennó (2013), a visão organizacional trata-se de um destino provável que a organização almeja chegar e esse destino tem que ser dentro da realidade, pois uma visão que esteja muito fora da realidade de uma organização poderá se voltar contra a própria organização, pois perderá a credibilidade em almejar algo que esteja tão fora de sua realidade.

A visão deverá ser guia de inspiração, motivação, um sonho palpável que permite observar o que a organização quer ser no futuro, levando em consideração os desafios e as

ameaças que estão envoltos na organização, além disso a visão é de grande valia para o delineamento estratégico da organização, (MOREIRA, 2016).

Levando em consideração os colaboradores, Scorsolini-comin (2012, p. 329), afirma, “[...] as visões são para serem perseguidas com afincos por todas as pessoas que corporificam a organização”. Ou seja, serve como uma espécie de objetivo para que os colaboradores possam atuar buscando sempre atingir esse objetivo, é importante também para quem está de fora da organização, pois norteia essas pessoas de qual o objetivo que essa organização almeja atingir no futuro, mostrando que a organização, busca atuar além do tempo.

Outra questão que se assemelha a visão organizacional são as metas que a organização busca atingir, entretanto, para Scorsolini-comin (2012, p. 329), essas duas ferramentas são distintas, pois: “[...] a visão se difere de uma meta na medida em que não pode ser delimitada em termos temporais de maneira precisa ou aproximada. Trata-se de uma intenção que deve ser fortemente incorporada ao trabalho e perseguida por todos os membros da organização”. Portanto, a diferença entre as metas organizacionais e a visão organizacional reside no fato que as metas têm um espaço de tempo definido para serem atingidas, já a visão organizacional não apresenta um tempo específico para ser atingida, apenas servirá como norte para que os colaboradores busquem atingir essa visão.

3.3 VALORES ORGANIZACIONAIS

Os valores organizacionais como o próprio nome já sugerem são as virtudes, características positivas, princípios, crença, normas e padrões que orientam o comportamento, servirá como fonte de inspiração no ambiente de trabalho, além disso os princípios irão delinear as suas decisões estratégicas (RENNÓ, 2013).

Nessa mesma linha de raciocínio, Moreira (2016, p. 287), afirma que valores organizacionais: “Representa o conjunto de princípios e crenças que define o comportamento organizacional, fornecem sustentação para todas as principais decisões e consolidam o *slogan* comercial, conduzindo as posturas éticas diante dos interessados da organização”. Ter valores predefinidos servirá de estrutura para que se tenha um planejamento estratégico mais robusto, pois com os princípios e normas de conduta já definidos ficará mais fácil de se planejar estrategicamente, além disso, os valores organizacionais servirão como um molde de postura ética para os colaboradores, para que os mesmos adotem os princípios e valores definidos como prática a serem exercidas dentro da organização.

Para Scorsolini-comin (2012, p.330), “[...] a organização deve primar pela ética e transparência em seus processos, tendo como norte o respeito à vida e à diversidade”. Nesse contexto entra a postura ética e moral que a organização tem que estar pautada para atingir seus objetivos e metas.

De acordo com Scorsolini-comin (2012, p. 331): “a visão compartilha de um valor corporativo, além de estreitar a relação entre colaborador e organização, seria uma forma de adquirir uma identidade [...]”. A forma de agir da organização fará com que ela seja reconhecida ou que obtenha sua identidade de acordo com seus valores defendidos.

Os valores são padrões orientadores de conduta, incidem nas convicções que fundamentam as escolhas por um modo de conduta tanto de um indivíduo quanto em uma organização. [...] os valores organizacionais podem ser definidos como princípios que guiam a vida da organização, tendo um papel tanto de atender seus objetivos quanto de atender as necessidades de todos aqueles a sua volta (CARRANZA 2016, p. 25).

São os valores que irão nortear toda a conduta da organização, pois são os princípios que a organização e seus colaboradores defendem que mostrará a identidade da organização, além disso tem como objetivo mostrar a personalidade da organização, e quais são suas posturas éticas e morais.

4 TRANSPARÊNCIA NO TERCEIRO SETOR

A transparência hora empregada, trata-se da transparência com relação ao fluxo de caixa, ou seja, o que está entrando na organização (seja por meio de parceria com a administração pública, doações ou fruto de produção da própria organização), e o que está saindo (os gastos com implementação e execução de projetos, recursos humanos, compra de equipamentos, etc.).

A transparência é fator primordial para a administração pública, pois é por meio das ferramentas de transparência que os cidadãos sabem o que os gestores estão fazendo com os recursos públicos (PALUDO, 2016). Portanto se não houver transparência os cidadãos não saberão o que está sendo feito, da mesma forma, a transparência no terceiro setor é muito importante para que essas entidades ganhem mais credibilidade, assim Gonçalves (2018, p. 766), afirma que:

Os recursos para que estas entidades funcionem provém de doações, parcerias com o Estado, eventos beneficentes e outros. Sendo que para captar recursos junto ao Estado ou doadores (pessoas físicas ou jurídicas) é importante que a instituição seja transparente em suas prestações de contas e torne público às demonstrações contábeis que atendam a legislação em vigor.

Gonçalves apresenta de forma enfática a importância da prestação de contas no terceiro setor, justamente para que haja uma maior captação de recursos para as entidades, ou seja, a transparência é fator primordial para que as pessoas e o Estado confiem e possam contribuir com determinada instituição. Aliado a tudo isso tem um crescente descrédito com relação às entidades do terceiro setor, tornando um fator que tem dificultado o processo de subsidiar essas entidades, pois segundo Vilanova (2004), muitas organizações do terceiro setor têm apresentado objetivos duvidosos e muitas têm praticado atos fraudulentos.

As organizações do terceiro setor dispõem de normas, requisitos e restrições que estão relacionados à execução dos seus projetos, de acordo com Lacruz (2020), essas informações podem não ser de conhecimento dos doadores, o que pode gerar um conflito na informação, daí a importância de ser transparente, não apenas com a parte arrecadada e/ou gasta, como também com suas normas e regulamentos.

Para Resende (2006, p.138) “a transparência, *accountability* ou o exercício do controle social pode e deve ser exercido por meio da elaboração e divulgação de relatórios das atividades desenvolvidas pela entidade, inserida no contexto do Terceiro Setor”. Nessa perspectiva fica evidente que as instituições do terceiro setor têm que se mostrarem transparentes em suas prestações de contas, até mesmo para terem credibilidade junto aos seus financiadores, ou seja, Gonçalves (2011), afirma categoricamente que essas entidades têm que se mostrarem transparentes para que elas possam ter mais credibilidade junto aos seus financiadores que podem ser o Estado e/ou indivíduos ou entidades privadas. Ainda nessa acepção, Pereira et. al (2013, p. 174) afirma que:

[...] a captação de recursos é uma das principais fontes para obtenção das condições materiais, exigindo do gestor maior atenção para a gestão dos recursos recebidos por doação e das respectivas prestações de contas financeiras, correlacionando os recursos investidos com os respectivos resultados obtidos.

É eminente a importância da prestação de contas, de forma detalhada, pois é através dessa prestação de contas que os doadores tomam ciência do que está sendo feito com os recursos doados.

As entidades pertencentes ao terceiro setor estão passando por grandes dificuldades envolvendo a falta de confiança diante da sociedade, e isso tem sido reflexo da falta de transparência que existe por parte dessas entidades (ASSIS; MELLO; SLOMSKI, 2014).

A transparência no terceiro setor é fundamental, haja vista, que essas organizações poderão ter convênios com a administração pública, bem como ser subvencionadas pela

administração pública, portanto a transparência torna-se obrigatória para essas entidades. De acordo com Art. 5º da lei Nº 13.019, de 2014:

O regime jurídico de que trata esta Lei tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2010).

Um dos pontos apontados no art. 5º, trata-se da transparência na aplicação dos recursos públicos, logo, essas entidades possuem grande responsabilidades em suas prestações de contas, pois muitas dessas entidades atuam por meio de convênio ou parcerias com a administração pública.

Além disso, no inciso V do art. 6º, afirma que para haver o estabelecimento de parcerias é necessária a ampliação da transparência e da publicidade. Já o art. 8º, trata da celebração de parcerias e o inciso IV trata sobre os prazos para prestação de contas previstas em legislações específicas, bem como nesta lei.

A seção III da lei Nº 13.019, de 2014 trata sobre a transparência e o controle, e no art. 10 e art.11, discorrem sobre a transparência que deverá haver entre as relações que envolvam a administração pública e o terceiro setor, tornando públicas informações como: cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ; valor da parceria; data fixada para prestação de contas; etc.

Portanto, a transparência para entidades do terceiro setor não é apenas uma forma de se diferenciar das outras entidades, como também uma norma que tem que ser cumprida por essas organizações para que possam firmar parcerias ou convênios com a administração pública.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método científico é essencial a toda pesquisa que possua um caráter científico, e que busque veracidade em suas informações, assim como afirmam Marconi e Lakatos (2010, p. 65): “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”. Logo, a pesquisa para ter um caráter científico terá que apresentar informações válidas, verificáveis e verdadeiras, e são essas informações que norteará a pesquisa e as decisões dos pesquisadores.

A pesquisa apresenta como delineamento de pesquisa básica, pois de acordo com Prodanov (2013, p.126): “envolve a verdade e interesses universais, procurando gerar

conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, [...]”. Ou seja, a pesquisa buscará alcançar os objetivos propostos e responder a problemática em questão, buscando gerar novos conhecimentos e contribuindo para pesquisas futuras.

Utilizou-se como abordagem para a execução da pesquisa, a abordagem de caráter qualitativo, pois existe uma mescla entre a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa, com isso, Schneider, Fujii e Corazza (2017, p. 570), afirmam que: ”a pesquisa qualitativa pode ser apoiada pela pesquisa quantitativa e vice-versa, possibilitando uma análise estrutural do fenômeno com métodos quantitativos e uma análise processual mediante métodos qualitativos”. Desse modo a pesquisa apresenta uma abordagem quali-quantitativa, pois buscará compreender como estão as práticas de planejamento e governança das organizações que integram o terceiro setor no município de Sumé-PB, e para isso utilizará de meios que irão quantificar e qualificar essas práticas.

O estudo apresentou como procedimento a pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.183): “a pesquisa bibliográfica, ou de fonte secundária, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, [...]”. Logo, a pesquisa bibliográfica é um procedimento técnico científico utilizado para obter os resultados de uma pesquisa, com a visão de outros pesquisadores que vêm estudando e pesquisando o mesmo assunto pesquisado. Para a coleta de dados foi utilizado questionário estruturado, em que às entidades do terceiro setor do município de Sumé teve o questionário disponível para responder, pois o questionário é um instrumento de coleta de dados em uma pesquisa e que, quando bem estruturado, norteará toda uma pesquisa, deverá ser claro, conciso e sem gírias (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Os principais autores utilizados para nortear e dar respaldo a pesquisa foram: Alves Junior (2009), Carranza (2016), Chiavenato (2012), Falcão e Araújo (2017), Lacruz (2020), Moreira (2016), Paludo (2016), Rennó (2013), Rodrigues (2018), Scorsolini-comin (2012), assim como, o IPEA (2021) e o IBGE (2021).

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado o site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, mais especificamente o mapa das organizações da sociedade civil, onde foi possível mapear e quantificar as organizações do terceiro setor presente no município de Sumé, que através de buscas individualizadas, foi possível fazer o levantamento de todas as organizações do terceiro setor no municípios de Sumé, bem com coletar informações, tais com: cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), assim como endereço, e-mail e contato telefônico. Por conseguinte, foram analisadas todas essas entidades junto ao site da Receita Federal com a

finalidade de observar quais entidades estavam ativas ou inativas no momento da pesquisa, para que fosse possível quantificar as entidades ativas e poder fazer a aplicação dos questionários com elas.

Vale destacar que no momento da pesquisa não só o município de Sumé como o Brasil e o mundo está atravessando a pandemia do covid-19, com isso a aplicação do questionário foi possível através dos meios digitais, como WhatsApp e via e-mail para essas organizações, entretanto, nem todas organizações apresentavam informações de contatos como WhatsApp e e-mail cadastrado junto aos órgãos que foi coletada as informações, para essas organizações buscou-se formas alternativas de contato, ou seja, através de outras pessoas foi possível o contato com essas organizações, e poder aplicar o questionário através de WhatsApp. O questionário aplicado para a coleta de dados apresenta 18 questões, que servirá como meio para coletar informações a respeito do planejamento dessas entidades, ou seja, relacionados a missão, visão e valores organizacionais, assim como analisar como estão as práticas de transparência e gestão dessas organizações, bem como, o conhecimento e a importâncias que os gestores dessas organizações atrelam a essas práticas.

Foram enviados 19 questionários por e-mail e 24 por meio do WhatsApp, totalizando um total de 43 questionários enviados, todavia, foi possível coletar às informações de 22 organizações. O questionário foi aplicado no período que compreendeu o dia 10/05/2021 ao dia 20/05/2021.

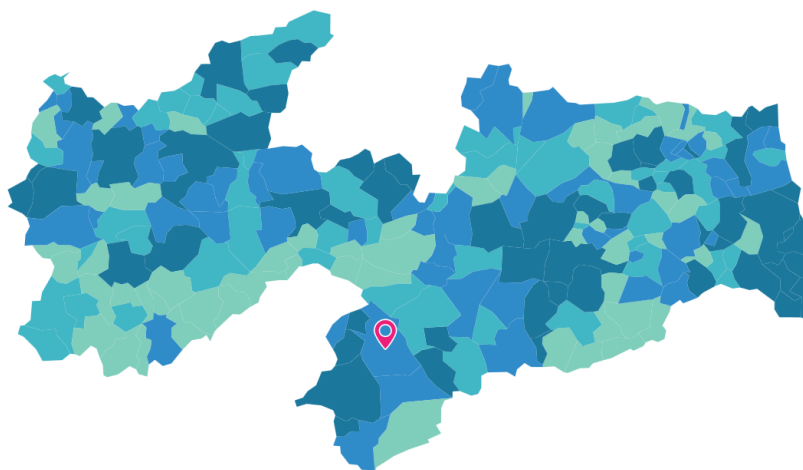
A principal dificuldade encontrada na pesquisa está relacionada a falta de informações das organizações, pois muitas organizações, apesar de estarem ativas, não apresentavam nenhuma forma de contato, outro ponto, é que uma parcela das Organizações da Sociedade Civil (OSC), tem seu contato atrelado ao contador que fez sua regularização, com isso, ficou dificultado o contato direto com os responsáveis pela organização. Outra questão que vale ser ressaltada foi a falta de engajamento de algumas organizações em participarem da pesquisa, tendo em vista que o questionário foi enviado por e-mail e WhatsApp e não houve o retorno, apesar de serem questionadas se tinham respondido.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de Sumé-PB está inserido na microrregião do cariri ocidental e na mesorregião da Borborema, e com base no senso realizado em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o município de Sumé apresenta uma população estimada em

17.031 pessoas. Com relação à economia, o município de Sumé apresentou em 2018, segundo o IBGE (2021), o salário médio mensal de 1.9 salários mínimos e um PIB per capita de R\$ 10.389,04, e com relação a domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47.6% da população nessas condições. Com relação a sua área territorial, ainda segundo o IBGE (2020), o município apresenta um total de 833,315 km².

Figura 1 - Mapa da Paraíba com destaque a cidade de Sumé



Fonte: IBGE (2021).

Após fazer o quantitativo de todas as entidades do terceiro setor inseridas na base de dados do mapa das organizações da sociedade civil do (IPEA), do município de Sumé-PB, foi quantificado um total de 101 organizações cadastradas, das quais, após consulta junto ao site da Receita Federal (2021), foi possível constatar que 63 estão ativas e 38 estão inativas, o que corresponde em termos percentuais a 62,38% e 37,62% respectivamente.

De acordo com o IPEA (2021): “Sumé - PB é o 1355º em relação a quantidade de OSCs no âmbito nacional. Nesse ranking, o estado (São Paulo, 156.001 OSCs) e o município (São Paulo - SP, 47.044 OSCs) são os que contêm mais OSCs”.

Quadro 1 - Número de OSCs por natureza jurídica

Natureza jurídica	Quantidade OSC
Associação privada	93
Fundação privada	3
Organização religiosa	5

Fonte: IPEA (2021).

De acordo com o Quadro acima, nota-se que das 101 OSCs do município de Sumé, 93 são de associações privadas o que corresponde a 92.08% do total, enquanto que de acordo com IPEA (2021) “a média nacional é de 82.75% de OSCs identificadas como Associação Privada”. Já as fundações privadas são 3, o que representa 2.97% do total de OSCs do município de Sumé. Enquanto que as organizações religiosas somam 5 o que representa 4.95% do total de OSCs do município de Sumé.

Quadro 2 - Distribuição de OSCs por área de atuação

Atividade Econômica	Quantidade OSC
Religião	10
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	2
Sem informação	5
Assistência social	2
Cultura e recreação	4
Desenvolvimento e defesa de direitos	66
Outras atividades associativas	10
Outros	2

Fonte: IPEA (2021).

De acordo com as atividades econômicas desenvolvidas pelas 101 OSCs do município de Sumé, temos:

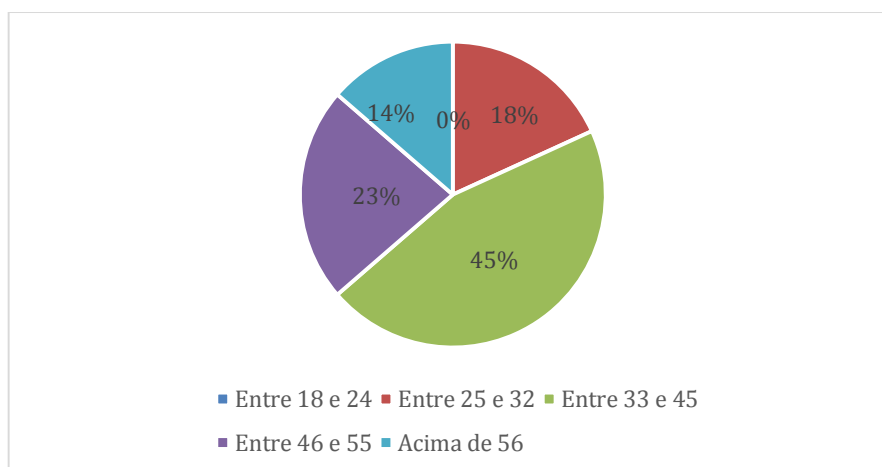
- Religião conta com 10, o que representa em termos percentuais a 9,9% do total de OSCs no município de Sumé;
- Associações patronais, profissionais e de produtores rurais conta com 2, o que representa em termos percentuais a 1,98% do total de OSCs no município de Sumé;
- Sem informação representam 5, o que representa em termos percentuais a 4.95% do total de OSCs no município de Sumé;
- Assistência social conta com 2, o que representa em termos percentuais a 1,98% do total de OSCs no município de Sumé;

- Cultura e recreação conta com 4, o que representa em termos percentuais a 3,96% do total de OSCs no município de Sumé;
- Desenvolvimento e defesa de direitos conta com 66, o que representa em termos percentuais a 65,35% do total de OSCs no município de Sumé;
- Outras atividades associativas contam com 10, o que representa em termos percentuais a 9,9% do total de OSCs no município de Sumé; e
- Outra conta com 2, o que representa em termos percentuais a 1,98% do total de OSCs no município de Sumé.

O que chama bastante a atenção é o quantitativo de entidades desenvolvendo suas atividades econômica que se enquadram em desenvolvimento e defesa de direitos, pois conta com um percentual bastante expressivo que é 65,35% do total das OSC de Sumé, enquanto que a nível nacional esse valor responde a 33.93%, segundo o IPEA (2021).

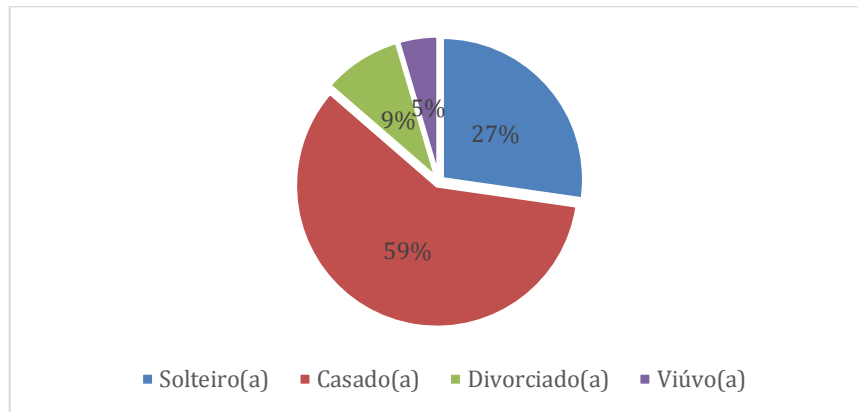
A porcentagem do sexo das pessoas que responderam ao questionário, mostra que há uma maioria masculina a frente das entidades, tendo em vista que do total que respondeu, 59% é do sexo masculino e 41% do sexo feminino.

Gráfico 1 - Idade dos responsáveis



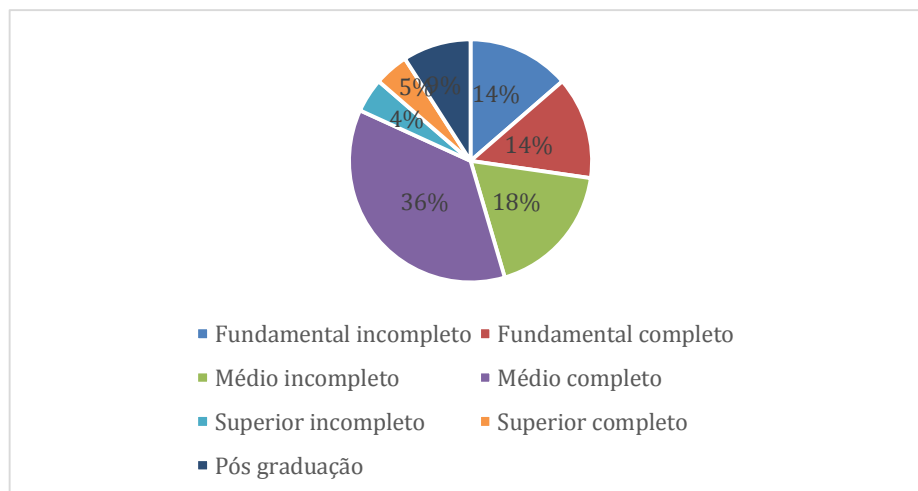
Fonte: autor (2021).

Com relação a idade dos responsáveis pela organização ficou evidente que a maioria estão na faixa etária de idade entre 46 e 55 anos, respondendo a 45%, é visto também, que as pessoas acima dessa faixa etária somam mais da metade dos participantes, ou seja, as pessoas com mais de 46 somam 59% do total, além disso, nenhuma pessoa apresentou menos de 24.

Gráfico 2 - Estado civil

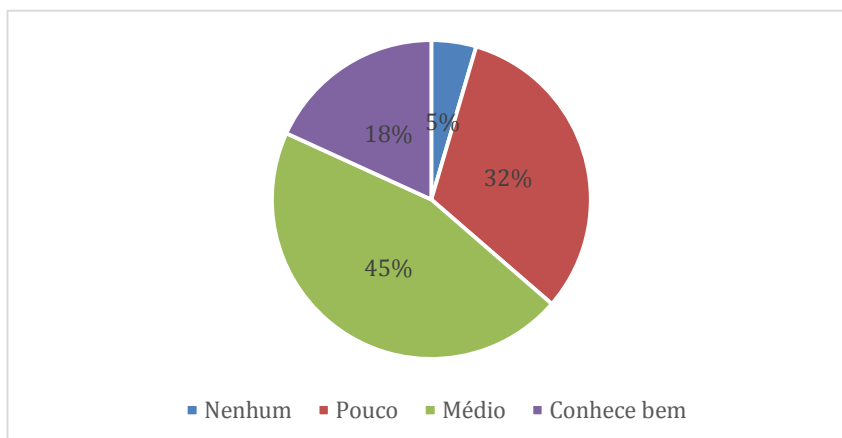
Fonte: Autor (2021).

Quando o quesito é estado civil dos participantes, grande parte dos participantes são casados, logo, esse número é igual a 59%, o quantitativo de pessoas solteiras é menos da metade dos casados, respondendo a 27% dos questionado.

Gráfico 3 - Escolaridade

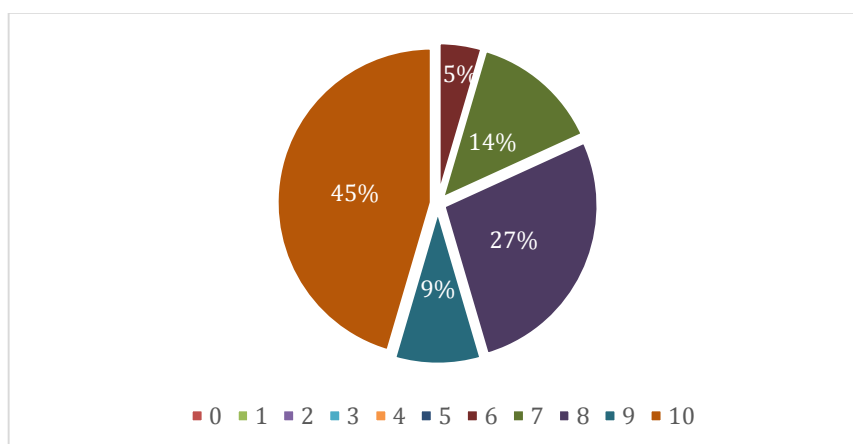
Fonte: Autor (2021).

A maioria dos participantes apresentam como escolaridade o ensino médio completo, contando com um percentual de 36% dos participantes, vale ressaltar que a quantidade de pessoas que apresenta nível superior completo e é pós-graduado é igual a quantidade de pessoas que possuem o nível fundamental incompleto. Além disso, percebemos que os gestores dessas organizações somam 28% que apresenta entre fundamental incompleto e fundamental completo.

Gráfico 4 - Conhecimentos sobre missão, visão e valores

Fonte: Autor (2021).

O gráfico 4 nos mostra o conhecimento que os gestores questionados julgam ter a respeito da missão, visão e valores organizacionais, para tanto, foram atribuídas 4 formas para caracterizar esse conhecimento, que consiste em nenhum conhecimento, pouco conhecimento, médio conhecimento e conhece bem. A partir dessa perspectiva, ficou notório que a parcela que não conhece ou que tem pouco conhecimento acerca da temática representa um total de 37% dos gestores questionados, somando mais que o dobro dos 18% que julgam conhecer bem a temática em questão, mostrando uma fragilidade do ponto de vista estratégico, pois como já apontado a missão, a visão e os valores organizacionais são muito importante para o planejamento e alinhamento dos processos técnicos e administrativos da qualquer organização.

Gráfico 5 - Importância da missão, visão e valores para organização

Fonte: Autor (2021).

O gráfico 5 apresenta a porcentagem que os gestores atribuíram à importância da missão, visão e dos valores para a organização. No questionário tinha valores que iam de 0

(zero) a 10 (dez), em que 0 (zero) está relacionado a nenhuma importância e 10 (dez) implica em muita importância para a organização. Com isso, observa-se no gráfico que os gestores das organizações acham muito importante a temática para a organização, haja visto que, a totalidade dos respondentes aferiram valor igual ou superior a 6, além disso, 45% atribuíram valor máximo a essa prática de gestão para as organizações.

Quadro 3 - Porcentagem de organizações com missão, visão e valores

Itens abordados	Possuem	Não possuem
Missão	68%	32%
Visão	55%	45%
Valores	86%	14%

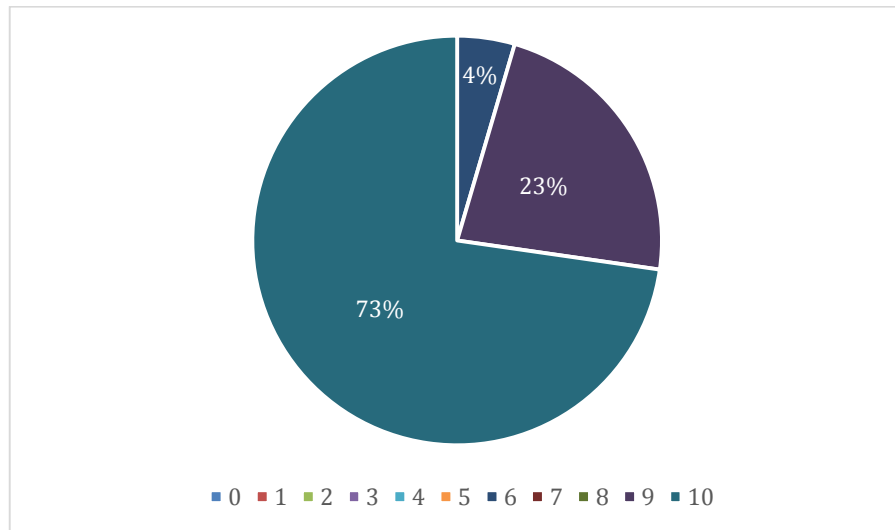
Fonte: Autor, (2021).

O quadro 3 apresenta um panorama geral sobre como estão às práticas de gestão estratégica das organizações, na perspectiva de apresentarem missão, visão e valores de forma predefinida, pois como já visto, Scorsolini-comin (2012), enfatiza que a missão é a porta e entrada da gestão estratégica de qualquer organização, pois é a razão da existência dessa organização, na mesma perspectiva, Scorsolini-comin (2012), afirma que os valores organizacionais servirão para nortear às práticas estratégicas das organizações, alinhando todos os esforços para o atingimento de objetivos e metas de forma harmoniosa, já na perspectiva dos valores organizacionais, Scorsolini-comin (2012), reafirma que é de essencial importância tanto para os colaboradores quanto para os *stakeholders*, pois mostrará os princípios que irá nortear todas as ações dessas organizações.

Portanto, percebe-se que a maioria das organizações apresentam missão, visão e valores organizacionais, mas vale ressaltar a diferença entre as organizações que apresentam visão, que são 55% em relação às organizações que apresentam valores, que são 86%, ou seja, 31% das organizações têm valores predefinido e não tem visão, assim como, ocorre uma diferença bem plausível entre esses três elementos em questão, isso mostra de certa forma que as organizações não estão com seus planos estratégicos alinhados, pois algumas têm valores e não têm nem missão e nem visão, segundo os dados, e algumas têm missão e não apresenta visão. Com isso, fica evidente essa fragilidade administrativa e estratégica, pois Hitt (2011), afirma que os procedimentos estratégicos do tipo missão, visão e valores têm que estar alinhados para que a organização possa usufruir de forma plena de todo seus aspectos estratégico, pois esses três

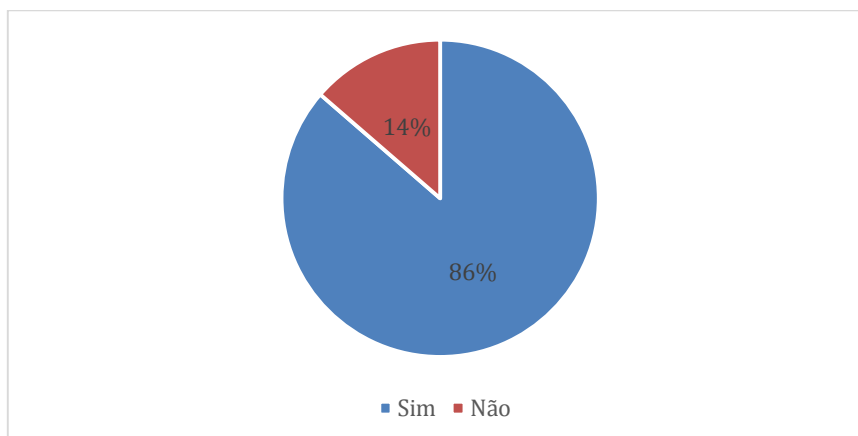
elementos funcionam como um tripé, e na ausência de um o tripé não se sustentará, logo, poderá ocorrer divergências estratégicas.

Gráfico 6 - Importância da prestação de contas



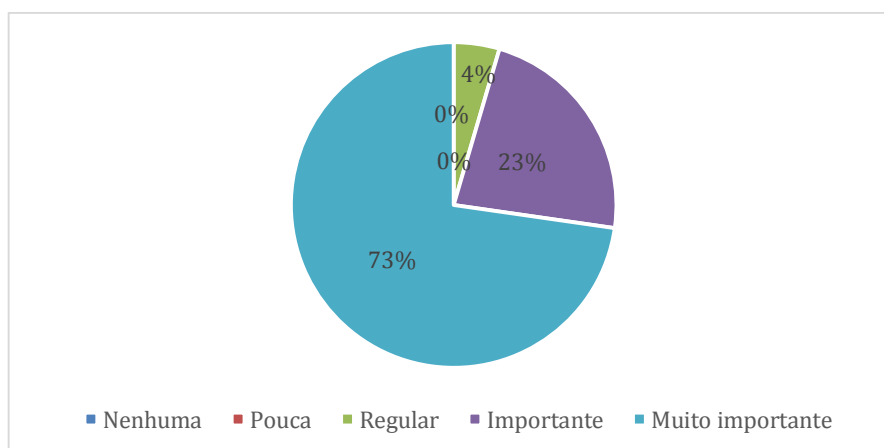
Fonte: Autor (2021).

O gráfico 6 mostra a importância da prestação de contas na ótica dos gestores das organizações questionadas. O questionamento consistiu em atribuir um valor entre 0 (zero) e 10 (dez), em que zero significa importância nenhuma, e dez significa muito importante. Ficou bastante evidente que os questionados julgaram muito importante a prática de prestação de contas, pois 73% dos questionados atribuíram valor máximo a essa prática, além disso, 96% atribuíram valores nove ou dez, o que significa que essas organizações julgaram muito importante essa prática de prestar conta, e apenas 4% atribuíram valor igual a 6 (seis), indo ao encontro do que esses gestores creem, Gonçalves (2018) afirma que a prestação de contas é algo primordial, para as organizações do terceiro setor, muito devido ao descrédito que as pessoas têm com relação a confiança, além disso, servirá como uma forma das pessoas confiarem na organização prestadora de contas e por conseguinte poder contribuir de alguma forma com essa organização, seja através de doações ou até mesmo como voluntário para essas organizações.

Gráfico 7 - Quantitativo de organização que faz prestação de contas

Fonte: Autor (2021).

O gráfico 7 apresenta o quantitativo das organizações que exercem a prestação de contas, apesar de parecer satisfatório o quantitativo de 86% das organizações que prestam contas, nos dias de hoje a prestação de contas tem que ser unânime, ou seja, praticada por todas organizações, sejam elas do primeiro, segundo ou terceiro setor, nesse contexto, Vilanova (2004), afirma que muitas organizações do terceiro setor têm apresentado objetivos duvidosos e muitas têm praticado atos fraudulentos, fazendo como que haja um descrédito das pessoas com muitas dessas organizações, logo, Lacruz (2020), ressalta que a importância da transparência, tendo em vista que essas informações podem não ser de conhecimento dos doadores e da comunidade em geral o que pode gerar um conflito na informação e na confiança.

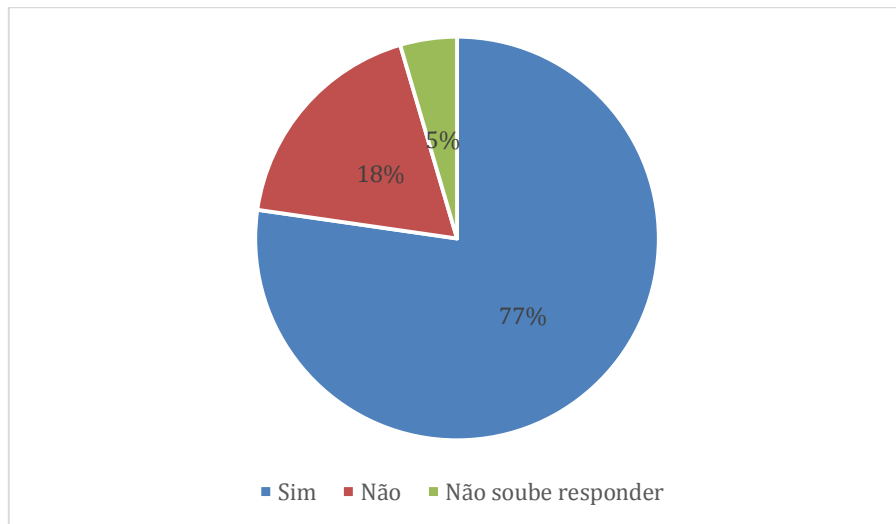
Gráfico 8 - Importância da transparência

Fonte: Autor (2021).

O gráfico 8 nos mostra a importância da transparência na visão dos questionados, em que 96% julgaram importante ou muito importante essa prática, o que ressalta que esses gestores

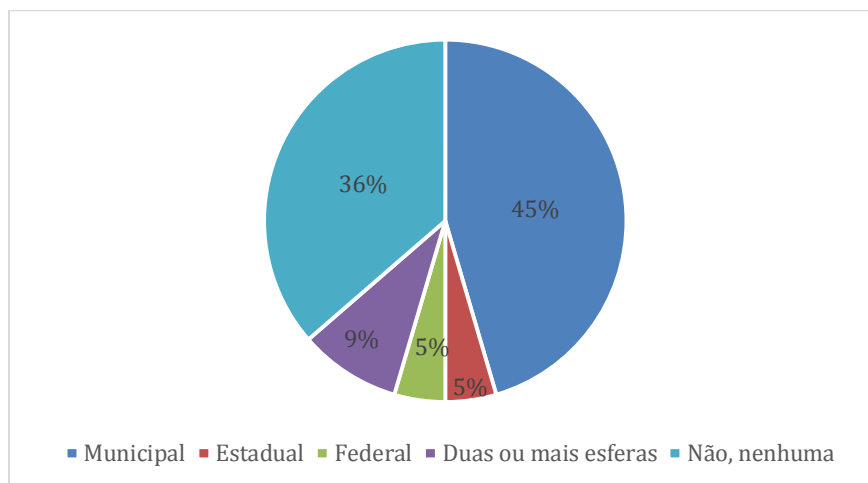
entendem a importância de serem transparentes, e apenas 4% achando regular essa prática, e que ninguém acha pouco ou que não tenha nenhuma relevância. Portanto o pensamento dos questionados se alinham ao pensamento de Gonçalves (2011), pois essas entidades têm que se mostrarem transparentes para que elas possam ter mais credibilidade junto aos seus financiadores que podem ser o Estado e\ou indivíduos ou entidades privadas.

Gráfico 9 - Quantitativo de organizações que apresentam redes sociais



Fonte: Autor (2021).

O gráfico 9 apresenta o quantitativo de organizações que apresentam algum tipo de redes sociais, e 77% apresentou algum tipo de rede social, o que poderá servir como uma excelente forma de externar toda sua prestação de contas para a sociedade, entretanto quando questionados quais as formas de prestação de contas nenhuma organização apontou que utiliza seus meios digitais para prestar contas, o que a maioria apontou foi uma prestação de contas envolvendo sócios e os componentes da organização. De acordo com Reis, Dacorso e Tenório (2014), as redes sociais exercem grande relevância na transparência, pois tem um alcance muito significativo o que fará com que mais pessoas saibam o que está ocorrendo em determinada organização.

Gráfico 10 - Vínculo por esfera governamental

Fonte: Autor (2021).

O gráfico 10 nos mostra que 74% das organizações apresentam algum vínculo com a administração pública, e que a maior parte está vinculada a esfera municipal com 45% das organizações, entretanto 36% das organizações não apresentam nenhum vínculo com nenhuma esfera governamental e apenas 5% apresenta vínculo estadual, assim como, 5% apresenta vínculo federal.

Outro aspecto questionado aos gestores das entidades foi o quantitativo de voluntário, ao qual foi possível fazer um mapeamento do panorama geral do quantitativo médio de voluntários por entidade que de acordo com o questionário apresenta um total de 286 voluntário nas 22 entidades que responderam, o que implica em uma média de 13 pessoas trabalhando de forma voluntária em cada organização, vale destacar que é apenas uma média e que duas organizações afirmaram não ter nenhuma pessoa como voluntário.

Já com relação a trabalhar de forma remunerada 17 das 22 organizações não apresentaram nenhuma pessoa trabalhando remunerado, e as outras 5 apresentaram um total de 21 pessoas atuando de forma remunerada, além do que, uma organização afirmou ter 34 pessoas atuando como bolsistas. Sendo assim, nota-se a importância que o terceiro setor tem para a composição de rendas e melhorias da qualidade de vida de todos os envolvidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o decorrer da pesquisa e com todos os procedimentos teórico e de análise de dados, foi perceptível que as organizações do terceiro setor do município de Sumé-PB têm buscado atender socialmente e economicamente parcelas da sociedade que muitas vezes não

são atendidas pelo Estados, buscando unir-se em prol de anseios em comum, para se fortalecerem.

Como objetivo geral a pesquisa buscou analisar o planejamento e a transparência das organizações que integram o terceiro setor no município de Sumé-PB, e após essa análise foi possível concluir que o planejamento, de uma forma geral, ainda é incipiente para grande parte das organizações, pois foi visto inconsistências na parte de se planejar em termos de saber sua razão de ser, onde ela quer chegar e quais os princípios que norteiam suas práticas, ou seja, se planejam em termos de definir suas missões, suas visões e seus valores, pois 68% das organizações apresentam missão, 55% apresentam visão e 86% apresentam valores, isso mostra que os números não estão alinhados e que a inconsistência está principalmente na diferença que ocorre entre a visão e os valores que é de 31%, tudo isso irá respaldar nas práticas estratégicas da organização, tal como, objetivo e metas a serem executadas pelos colaboradores, tendo em vista que as organizações apresentarem em média 13 voluntários, 12 pessoas remuneradas e 34 bolsistas, o que ressalta ainda mais a importância de alinhar esse plano estratégico. Com relação a transparência observou-se que quase a totalidade dos gestores das organizações julgaram ser importante ou muito importante a transparência na prestação de contas das organizações do terceiro setor, somando um total de 96%, entretanto quando vamos observar o quantitativo que prestam contas é igual a 86%, logo, podemos perceber uma diferença de 10% entre as organizações que julgam importante ou muito importante prestar contas, para as que realmente prestam contas.

No tocante a busca ao atendimento da resolução dos objetivos específicos, o estudo mostrou-se satisfatório, tendo em vista que, foram obtidas respostas para os objetivos específicos propostos, logo, para resolução do primeiro objetivo específico, buscou-se fazer um mapeamento das organizações do terceiro setor do município de Sumé-PB. Foi possível observar que o município de Sumé-PB apresenta 101 (cento e uma) organizações cadastradas junto ao Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA, e dessas 63 (sessenta e três) estão com o cadastro ativo junto ao site da Receita Federal. Com relação a natureza jurídica das 101 (cento e uma) OSC, foi visto que, 93 (noventa e três) são associações privadas, 3 (três) são fundação privada e 5 (cinco) são organizações religiosos. Com relação a atividade econômicas desenvolvidas pelas organizações ficou evidente que mais da metade se concentram em desenvolvimento e defesa de direitos.

No tocante ao plano estratégico, foi possível responder ao segundo objetivo específico, tendo em vista que o mesmo buscou verificar se essas entidades possuem plano estratégico definido, como (missão, visão e valores), logo, podemos concluir que de forma geral ocorre,

pois, a maioria possuem a missão, visão e valores predefinidos, entretanto ressalta que a missão e principalmente a visão organizacional estão bem distante aos valores organizacionais, essa diferença que ocorre entre esses três elementos estratégicos mostra que as organizações não estão com seus plano estratégico alinhado, pois algumas têm valores e não têm nem missão e nem visão, e algumas têm missão e não apresenta visão.

O terceiro objetivo específico consistiu em averiguar se essas organizações prestavam contas, portanto, ficou evidente que às organizações prestam contas de suas ações, logo 86% das organizações prestam contas, mas nos dias de hoje a prestação de contas tem que ser unânime, ou seja, praticada por todas organizações, haja visto que, essas organizações sobrevivem de doações, convênios e outros tipos de colaboração, a prestação de contas é elemento essencial para a confiança e credibilidade dessas organizações.

O quarto objetivo buscou demonstrar se as entidades do estudo podem ser consideradas transparentes em sua gestão e prestação de contas, portanto, de forma geral não podemos afirmar que as organizações exercem uma gestão transparente, pois a prestação de contas não ocorre de forma unânime entre todas organizações, além disso, a prestação de contas ocorre de forma interna, em sua grande maioria com os membros da diretoria e com associados, não havendo participação da sociedade, outro fator é que apesar de 77% das organizações questionadas apresentarem redes sociais, nenhuma afirmou utilizar o meio digital para essa finalidade, tendo em vista todo o alcance que uma rede social pode proporcionar.

Com relação a resposta da problemática proposta foi possível constatar que as práticas de planejamento das organizações, do ponto de vista da definição da missão, visão e valores se encontram em um nível ainda incipiente, pois como já afirmado apresenta inconsistências de um componente para o outro, ou seja, diferenças plausíveis entre missão e visão e principalmente entre visão e valores, associado a isso tem-se que 37% dos gestores dessas organizações não conhecem ou tem pouco conhecimento acerca da temática. Em relação às práticas de prestação de contas, as organizações devem fazer com que a sociedade participe junto a essas práticas, podendo inclusive, promover uma participação social na gestão da prestação de contas, além disso, fomentar a prestação de contas via redes sociais, buscando externar suas práticas.

Tendo em vista que a presente pesquisa buscou fazer um mapeamento e um levantamento das organizações que compõem o terceiro do município de Sumé-PB, bem como, analisar suas práticas de gestão estratégica, assim como, a transparência na prestação de contas, sugere-se como nova forma de pesquisa que haja esse estudo em outros municípios. Sugere-se também que se aprofunde mais o estudo nas organizações do município de Sumé-PB, avaliando

às práticas de administração estratégica, buscando identificar os pontos fortes e fracos de cada organização, assim como averiguar como essas organizações fazem o planejamento para enfrentarem as ameaças e estarem prontas para quando surgirem às oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALVES JÚNIOR, Maiso Dias; FARIA, Maria V. C. Coelho; FONTENELE, Raimundo E. Silveira. **Gestão nas Organizações do Terceiro Setor: Contribuição para um Novo Paradigma nos Empreendimentos Sociais**. In: XXXIII encontro da ANPAD, 23., 2009, São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. **LEI N° 9637, DE 15 DE MAIO DE 1998. 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. **Lei N° 9790, de 23 de março de 1999. 1999**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. **LEI N° 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014. 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm#:~:text=Estabelece%20o%20regime%20jur%C3%ADdico%20das,pol%C3%ADtica%20de%20fomento%20e%20de. Acesso em: 06 nov. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed. 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri-SP: Manole, 2012.

Falcão, M.A., & Araújo, R.S.(2017) A importância estratégica do terceiro setor no Brasil como meio de desenvolvimento social: uma argumentação teórica a partir do prisma da economia social de gide. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, 17(1), 153-179.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. São Paulo, 1999. 152p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Helenice Souza *et al* . Análise de indicadores de entidades do terceiro setor: estudo das melhores ongs do brasil, Brasília: REPATS - **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 5, n. 2, P. (764-780), jul, 2018.

HITT, Michael A. **Administração Estratégica: competitividade e globalização**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

IBGE, cidades. **Fundações privadas e associações sem fins lucrativos**. 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/35/29951>. Acesso em: 28 out. 2020.

IPEA. **Mapa das organizações da sociedade civil**. 2020. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html?estado=25>. Acesso em: 1 nov. 2020.

JÓRIO, Luan Rojo. **Planejamento estratégico no terceiro setor: o caso do Instituto vida para todos**. 2016. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2016.

KAUARK, Fabiana Da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KLEIN, Amarolinda; SILVA, Lisiane Vasconcelos da; MACHADO, Lisiane Zanela. **Metodologia de pesquisa em administração: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2015.

LACRUZ, Adonai José. **Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência**. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, v. 18, n. 3, jul. 2020. ISSN 1679-3951. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512020000300473&lang=pt#B3. Acesso em: 11 Abr 2021.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. **Negócios de Impacto Social: guia para os empreendedores**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARRARA, Thiago; CESARIO, Natália de Aquino. **O que sobrou da autonomia dos Estados para legislar sobre parcerias com o terceiro setor?** Revista de direito administrativo pública, v. 2, 2016.

MOREIRA, Elisabete de Abreu e Lima. **Administração Geral e Pública**. Salvador: jusPODIVM, 2016.

NUNES, Edilbert Simas. **GESTÃO DO TERCEIRO SETOR: Dificuldades e Desafios na profissionalização - um estudo de caso da organização instituto empreender**. 2018. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em gestão empresarial) - instituto CEUB de pesquisa e desenvolvimento - ICPD, Centro universitário de Brasília, Brasília, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11559>. Acesso em: 23 abr. 2021.

OLIVEIRA, N. P. *et al.* **Atuação do terceiro setor da economia na geração de emprego e renda.** In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2019, Ponta Grossa. Disponível em: http://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/10202019_231030_5dad12e2740af.pdf. Acesso em: 15 mai. 2021.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública: série provas & concurso.** 5. ed. São Paulo: Forense, 2016.

PORTER, Michael E.. **Desafios da gestão: Uma introdução às mais influentes ideias da Harvard Business Review.** Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

RECEITA FEDERAL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.**

Disponível em:

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp. Acesso em: 10 mar. 2021.

RESENDE, Thomas de Aquino. Roteiro do Terceiro Setor. **Associações e Fundações: o que são, como instituir, administrar e prestar contas.** 3 ed. Belo Horizonte: Prax, 2006.

REIS, A. F.; DACORSO, A. L. R.; TENÓRIO, F. A. G. Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 231-251, agosto 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00231.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

RENNÓ, Rodrigo. **Administração Geral para Concursos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RODRIGUES, Ana Tércia L.. **Terceiro Setor Guia de orientação para o profissional da Contabilidade.** 3. Ed. Porto Alegre: revista e ampliada, 2018. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf. Acesso em: 08 nov. 2020.

SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do Terceiro Setor.** Natal: UNIVERSIDADE POTIGUAR – UnP, 2012.

SILVA PEREIRA, R.; MORAES, C. F. C.; MATTOS JUNIOR, A. B. **Especificidades da Gestão no Terceiro Setor: Revista Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo. vol. 9, n. 18, jul, 2013, pp. 167-195. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=534256499007>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio. **Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho.** Uberaba MG: psico, v. 43, n. 3, set. 2012.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: Enap, 2019. 240 p.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor**: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

- Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto ()
Médio completo () Superior incompleto () Superior completo ()
5. Qual seu nível de conhecimento acerca da missão, visão e valores organizacionais?
Nenhum () Pouco () Médio () Conhece bem ()
6. Caso possua conhecimento acerca da missão, visão e valores organizacionais, qual a importância para uma organização?
Atribua aqui um valor de zero (0) a dez (10), Onde 0 é nenhuma importância e 10 é muita importância.
()
7. A organização apresenta Missão organizacional?
Sim () Não ()
8. A organização apresenta Visão organizacional?
Sim () Não ()
9. A organização apresenta Valores organizacionais?
Sim () Não ()
10. Qual a importância da prestação de contas para as organizações da sociedade civil?
Atribua aqui um valor de zero (0) a dez (10), Onde 0 é nenhuma importância e 10 é muita importância.
()
11. A organização presta contas de suas ações? Se sim, de que forma?

Sim () Não ()
12. A organização apresenta alguma rede social? Se sim, qual (is)?

Sim () Não ()
13. Qual a importância da transparência para a organização?
Nenhuma () Pouca () Regular () Muito importante ()

14. Como esta organização expõe a sua transparência na gestão, transparência na prestação de contas e em suas atividades? _____

15. A organização possui alguma forma de vínculo com alguma das esferas?
Municipal () Estadual () Federal () Duas ou Mais ()

16. Quantas pessoas atuam de forma remunerada na organização?
(_____)

17. Quantas pessoas atuam de forma voluntária na organização?
(_____)

18. Se desejar faça algum comentário, justificativa ou acrescentar algum assunto referente à (s) questão (ões) acima, ou ainda, sobre algum tema não abordado, fique à vontade.

Obrigado pela sua participação!!!